



O setor no PRR

Em parceria com a AGRO.GES analisámos o Plano de Recuperação e Resiliência na perspetiva de aferir quais as medidas com maior impacto potencial na atividade das empresas que atuam no âmbito da Agricultura e da Floresta.

Principais apoios ao complexo agroflorestal

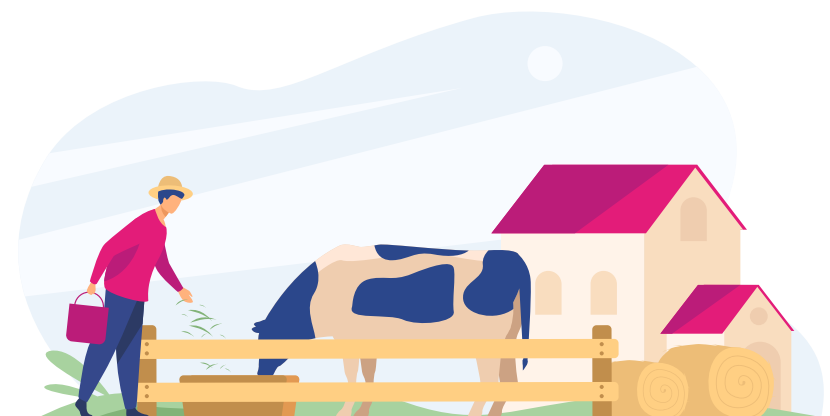
Os instrumentos previstos no âmbito do PRR que se podem considerar como especificamente direcionados ao apoio ao complexo agroflorestal são os seguintes:

- Agenda de investigação e inovação para a sustentabilidade da agricultura, alimentação e agroindústria – 93 M€;
- Relançamento económico da agricultura açoriana – 30 M€;
- Florestas – 615 M€;
- Plano Regional de eficiência hídrica do Algarve (SM2, SM3 e SM5) – 97 M€;
- Aproveitamento hidráulico de fins múltiplos do Crato – 120 M€;
- Plano de eficiência e reforço hídrico dos sistemas de abastecimento e regadio da RAM – 70 M€.

Estes instrumentos totalizam um montante de 930 M€ (5,6%) do PRR, sendo também eles maioritariamente alocados a entidades públicas nas áreas da floresta, gestão da água, inovação e investigação, entre outros.

As entidades privadas do complexo agroflorestal poderão beneficiar de forma direta de alguns dos apoios acima identificados e terão acesso a outros instrumentos disponíveis ao conjunto dos agentes económicos (não setorializados), incluídos nas seguintes tipologias de apoio:

- Agendas/Alianças Verdes para a Inovação Industrial - 372 M€;
- Capitalização de empresas e resiliência financeira/Banco Português de Fomento - 1.550 M€;
- Bioeconomia sustentável - 145 M€;
- Empresas 4.0 - 650 M€;
- Qualificação e competências - 1.324 M€;
- Descarbonização da indústria - 715 M€.



Análise das Componentes Relevantes

C5 – Capitalização e Inovação Empresarial

Objetivo: aumentar a competitividade e resiliência da economia portuguesa com base em I&D, inovação, diversificação e especialização da estrutura produtiva.

Montante global: 2.914 M€, com possibilidade de recurso adicional a empréstimos no valor até 2.300 M€ a alocar à Capitalização de Empresas e Agendas/Alianças Mobilizadoras.

Reformas e Investimentos relevantes para o sector agroflorestal:

- Agendas/Alianças Verdes para a Inovação Industrial – 372 M€;
- Agenda de investigação e inovação para a sustentabilidade da agricultura, alimentação e agroindústria – 93 M€;
- Relançamento económico da agricultura açoriana – 30 M€;
- Capitalização de empresas e resiliência financeira/Banco Português de Fomento – 1.550 M€.

a) Agendas/Alianças Verdes para a Inovação Industrial

Objetivos:

- Atingir a neutralidade carbónica até 2050;
- Modelo mais eficiente no uso regenerativo dos recursos;
- Estimular a produção e incorporação de conhecimento científico e tecnológico pelas empresas;
- Valorizar a transição verde e alocar uma proporção substancial do investimento em inovação para projetos que respondam a este objetivo;
- Transição verde e o cumprimento das metas definidas no

Plano Nacional Energia e Clima 2021-2030 e o Roteiro para a Neutralidade Carbónica 2050;

- Apoiar e promover um conjunto restrito de Agendas Verdes para a Inovação empresarial;
- Alavancar o desenvolvimento de novos produtos, serviços e soluções, com elevado valor acrescentado e incorporação de conhecimento e tecnologia, que permita responder ao desafio da transição verde em direção à sustentabilidade ambiental;
- Investigação e inovação, transferência de tecnologias e cooperação entre empresas, incidindo na economia hipocarbónica, na resiliência e na adaptação às alterações climáticas;
- Áreas temáticas a apoiar – Energia; **Agroalimentar; Floresta;** Economia do Mar; Água e Ambiente.

Apoios:

- Em regra, os apoios públicos deste investimento vão assumir a forma de subvenções, podendo ter um *mix* de categorias de auxílios;
- Processo aberto e competitivo de auscultação, através de um processo concursal único;
- Avaliação das propostas deverá permitir selecionar uma *short list* de Agendas Verdes, cujos projetos deverão demonstrar, em sede de candidatura, o alinhamento das atividades propostas com os objetivos verdes e com a taxaonomia para o financiamento sustentável;
- Dirigido a empresas de qualquer dimensão e setor de atividade e Entidades não Empresariais do Sistema de I&I;
- Calendário:
 - 1ª Fase – “concurso de ideias” – 2º trimestre 2021;

- 2ª Fase – seleção das agendas e negociação das propostas – 2º semestre 2021;
- 2ª Fase – celebração dos contratos-programa – 1º trimestre de 2022;
- Implementação dos projetos selecionados – 1º trimestre 2022 a 2º trimestre 2026;
- Implementar um conjunto restrito de cerca de 4 Agendas Verdes para a Inovação Empresarial, sendo apoiados cerca de 12 projetos por agenda, com um investimento médio de 10 milhões de euros e um incentivo médio estimado de 7,5 milhões.

b) Agenda de investigação e inovação para a sustentabilidade da agricultura, alimentação e agroindústria

Objetivos:

- População mais saudável, através da promoção de um sistema alimentar mais sustentável;
- Agricultura mais inclusiva, igualitária e integrada, que potencie a atração de mais jovens para os territórios rurais e para a atividade agrícola;
- Criação de melhores condições para o aumento do rendimento dos produtores, tornando a atividade agrícola mais rentável, atrativa e competitiva;
- Agricultura mais resiliente, que proteja o ambiente, assegure a sustentabilidade dos recursos água, solo e biodiversidade e contribua para a transição climática;
- Metas:
 - Mais Saúde: aumentar, em 20%, o nível de adesão à Dieta Mediterrânica;

- Mais Inclusão: instalar 80% dos novos jovens agricultores nos territórios de baixa densidade;
- Mais Rendimento: aumentar o valor da produção agroalimentar em 15%;
- Mais Futuro: mais de metade (+50%) da área agrícola em regimes de produção sustentável reconhecidos;
- Mais Inovação: aumentar em 60% o investimento em investigação e desenvolvimento (I&D);
- Modernização da Rede de Inovação, através da renovação/requalificação das infraestruturas e equipamentos científicos de laboratórios, estruturas piloto, estações experimentais, coleções de variedades regionais e efetivos de raças autóctones (Polos da Rede de Inovação).

Iniciativas:

- [Sociedade] | 1. Alimentação sustentável: valorizar e estimular o consumo dos produtos endógenos, garantindo a autenticidade e promovendo a confiança dos consumidores;
- [Sociedade] | 2. Uma Só Saúde: promover a saúde animal e a sanidade vegetal com vista a proporcionar o bem-estar da população;
- [Território] | 3. Mitigação das alterações climáticas: reduzir as emissões líquidas de gases com efeito de estufa produzidas pela atividade agrícola;
- [Território] | 4. Adaptação às alterações climáticas: aumentar a resiliência dos sistemas agrários e a capacidade de adaptação às alterações climáticas;
- [Território] | 5. Agricultura circular: promover a circularidade na agricultura;

- [Território] | 6. Territórios sustentáveis: promover o uso sustentável dos recursos naturais e dos ecossistemas;
- [Território] | 7. Revitalização das zonas rurais: promover a atratividade e rejuvenescimento dos territórios rurais, através da partilha e difusão do conhecimento, do estabelecimento de redes de inovação e de criatividade (territórios rurais inteligentes);
- [Cadeia de Valor] | 8. Agricultura 4.0: promover a transformação digital do setor agroalimentar;
- [Cadeia de Valor] | 9. Promoção dos produtos agroalimentares portugueses: valorizar os produtos agroalimentares portugueses através do apoio à inovação na criação de novos produtos que correspondam às novas tendências de consumo, assim como a inovação orientada para a exportação;
- [Cadeia de Valor] | 10. Excelência da organização da produção: fomentar a inovação organizacional através da implementação de modelos inovadores, reforçar a posição dos agricultores na cadeia de valor; e de boas práticas que capacitem a gestão profissional das organizações de produção;
- [Cadeia de Valor] | 11. Transição agroenergética: descarbonizar o setor agroalimentar e promover a autossuficiência energética;
- [Estado] | 12. Promoção da investigação, inovação e capacitação: fazer com que a inovação seja o motor de transformação na agricultura e alimentação;
- [Estado] | 13. Rede de Inovação: ter um ecossistema de inovação na agricultura e na alimentação, que responda às necessidades de toda a sociedade;

- [Estado] | 14. Portal Único da Agricultura: agilizar e simplificar a relação do agricultor, dos cidadãos, das empresas e de outros agentes económicos com a Administração Pública. O agricultor deve ser colocado no centro da estratégia digital do Ministério, permitindo uma visão 360º do agricultor, potenciando a interoperabilidade de diversos sistemas de informação, através da desmaterialização e da modernização dos processos e procedimentos, com o objetivo de incrementar a eficiência e a capacidade de resposta;
- [Estado] | 15. Reorganiza: aumentar a eficiência dos serviços e melhorar as suas respostas através da implementação de medidas para consolidar a aposta na transição digital e no reforço dos mecanismos de monitorização, avaliação e ajustamento dos processos e procedimentos.

Apoios:

- Apoio essencialmente a organismos públicos;
- Eventual apoio ao setor empresarial;
- Apoio a 100 projetos de investigação e inovação – até final de 2025;
- Projetos de investigação e inovação – apoio por projeto de 450.000€;
- Projetos estruturantes de inovação – apoio por projeto de 2.400.000€;
- Renovação/requalificação da Rede de Inovação – estimativa total de investimento de 36 M€.

c) Relançamento económico da agricultura açoriana

Objetivos:

- Diversificação da produção agrícola e agroalimentar dos Açores, assente na I&D&I, respondendo às novas tendências e exigências dos mercados interno e externo e permitindo gerar mais valor;
- Adaptação aos grandes desafios do futuro plasmados nos desígnios do Pacto Ecológico Europeu, da Estratégia do Prado ao Prato e da Estratégia em favor da Biodiversidade;
- Transição para fileiras agrícolas mais ecológicas, mais sustentáveis, mais diversificadas, adaptadas às condições edafoclimáticas, geográficas e socioeconómicas regionais e que contribuam para a progressiva autonomia alimentar;
- I&D, dupla transição verde e digital, inovação de produtos e processos de produção e organização e capacitação dos agentes do setor e da população em geral, através da transferência eficaz e eficiente de conhecimentos;
- Relançamento da agricultura regional nas suas grandes fileiras: fileira do leite, fileira da carne e fileiras das produções diversificadas (horticultura, fruticultura, floricultura, vinha e apicultura);
- Contribuir para a resiliência e o crescimento sustentável do potencial produtivo regional;
- Atenuar o impacto económico e social da crise no setor agrícola e agroalimentar dos Açores;
- Contribuir para a dupla transição climática e digital no setor agrícola e agroalimentar dos Açores.

Investimentos:

- Apoio à inovação de produtos e processos de produção e organização, à transição verde e à transição digital, destinados à reestruturação de empresas do setor da transformação e comercialização de produtos agrícolas;
- Apoio à inovação de produtos e processos de produção e organização, à transição verde e à transição digital, destinados à reestruturação das explorações agrícolas;
- Execução do Programa de Inovação e Digitalização da Agricultura dos Açores;
- Execução do Programa de Capacitação dos Agricultores e de Promoção da Literacia da população em Produção e Consumo Sustentáveis;
- Reestruturação da Rede Regional de Abate e da Rede de certificação da qualidade do leite e da segurança alimentar.

Apoios:

- Apoios diretos à recuperação e resiliência das empresas – apoios à execução de projetos de investimento, sob a forma de subvenções não reembolsáveis:
 - Regimes de apoio à reestruturação de empresas do setor da transformação e comercialização – 9 M€;
 - Regimes de apoio à reestruturação das explorações agrícolas – 4,5 M€;
 - Apoios às empresas complementares dos regimes de apoio atualmente em vigor no âmbito do PRORURAL, sendo que os regimes de apoio a financiar pelo PRR serão especialmente dirigidos para projetos de investimento que visem diretamente a inovação, a transição verde e/ou a transição digital;

- Investimento público no âmbito da I&D&I e da dupla transição verde e digital – 4,35 M€;
- Investimento público na reestruturação da rede regional de abate e da rede de certificação da qualidade do leite e da segurança alimentar – 12,15 M€;
- Executado no período 2021-2025:
 - Fase 1: Publicação dos Planos Estratégicos – até ao final de 2021;
 - Fase 2: Publicação dos Regimes de Apoio e dos Programas para a Inovação/Digitalização e Capacitação/Literacia – até ao final do 1º trimestre de 2022; lançamento dos concursos para as empreitadas de requalificação da rede regional de abate e da rede de certificação da qualidade do leite e da segurança alimentar – 2021 e início de 2022;
 - Fase 3: Conclusão das empreitadas de requalificação da rede regional de abate – até ao final do 1º semestre de 2024; execução dos Regimes de Apoio e dos Programas para a Inovação/ Digitalização e Capacitação/Literacia – até ao final de 2025.

d) Capitalização de empresas e resiliência financeira/ Banco Português de Fomento

Objetivos:

- Reduzir significativamente a complexidade na oferta de produtos de financiamento empresarial com apoio público;
- Promover um esforço continuado de capacitação financeira;
- Promover a viabilização de projetos de interesse estratégico nacional;
- BPF terá por missão:
 - Apoiar o desenvolvimento da economia através da disponibilização de soluções de financiamento, nomeadamente

por dívida, em condições de preço e prazo adequadas à fase de desenvolvimento de empresas e projetos, potenciando a capacidade empreendedora, o investimento e a criação de emprego e proporcionando ainda às empresas locais condições de financiamento equivalentes às melhores referências do mercado internacional, através da gestão de instrumentos de financiamento e partilha de riscos;

- Apoiar o desenvolvimento da comunidade empresarial portuguesa, colmatando as falhas de mercado no acesso ao financiamento das empresas, com enfoque nas pequenas e médias empresas e *midcaps*, em particular;
- “Banco Verde”, com o propósito de conferir capacidade financeira e acelerar as várias fontes de financiamento existentes dedicadas a investir em projetos de neutralidade carbónica e de economia circular.



Implementação:

A implementação da reforma do mercado de capitais e promoção da capitalização das empresas não-financeiras vai ter por base as seguintes medidas:

- I. Desenvolvimento do mercado de capitais;
- II. Dinamização das SIMFE;
- III. Revisão do Código dos Valores Mobiliários;
- IV. Revisão do enquadramento jurídico dos organismos de investimento coletivo;
- V. Incentivo à capitalização: Dedução por lucros retidos e reinvestidos.

Na prossecução da sua missão, o Banco Português de Fomento deve focar-se, nomeadamente, no financiamento direto a empresas ou na facilitação de acesso a financiamento nas seguintes áreas de relevância estratégica:

- PME, *Midcap*, bem como grandes empresas consideradas importantes para a economia nacional, seja numa fase inicial ou numa fase mais desenvolvida destas empresas;
- Projetos de investigação e desenvolvimento, levando os resultados de investigação ao mercado, transição digital, empreendedorismo, inovação e aumento de escala de empresas inovadoras, inteligência artificial, *inter alia* - em pleno alinhamento com as restantes reformas desta componente;
- Projetos no setor das infraestruturas sustentáveis, conectividade digital, transportes e mobilidade, neutralidade carbónica, economia circular, transição energética, infraestruturas energéticas e ambientais, nas áreas dos recursos hídricos e de gestão de resíduos, bem como projetos em outras atividades sustentáveis, conforme definidas pela taxonomia europeia, *inter alia*;

- Projetos no setor de investimento social e das qualificações, abrangendo em particular o setor da saúde, dos cuidados continuados, educação e formação (a todos os níveis), emprego e inclusão social, habitação acessível ou social e iniciativas similares;
- Financiamento a longo prazo de projetos de investimento a ser desenvolvidos pelo setor público ao nível central, regional ou municipal.

Apoios:

- Capitalização de empresas e resiliência financeira – 1.300 M€;
- Aumento de capital do BPF para implementação do InvestEU – 250 M€;
- O Banco Português de Fomento estará plenamente operacional no início do ano de 2021.

C8 – Florestas

Objetivo: desenvolver uma resposta estrutural na prevenção e combate de incêndios rurais com impacto ao nível da resiliência, sustentabilidade e coesão territorial.

Montante global: 615 M€

Reformas e Investimentos relevantes para o sector agroflorestal:

- ↗ Transformação da Paisagem dos Territórios de Floresta Vulneráveis – 270 M€;
- ↗ Cadastro da Propriedade Rústica e Sistema de Monitorização da Ocupação do Solo – 86 M€;
- ↗ Faixas de Gestão de Combustível – Rede Primária – 120 M€;
- ↗ Meios de prevenção e combate a incêndios rurais – 89 M€;
- ↗ Programa MAIS Floresta – 50 M€.

a) Transformação da Paisagem dos Territórios de Floresta Vulneráveis

Objetivos:

- Dar resposta coerente e integrada aos problemas estruturais que ameaçam a sustentabilidade ambiental, ecológica, económica e social de uma parte significativa do território português;
- Aumentar a resiliência dos territórios vulneráveis face aos riscos associados às alterações climáticas, em particular aos incêndios rurais e à perda da biodiversidade;
- Mudança estrutural nos modelos de ocupação e gestão dos solos;
- Fomentar novas economias e a coesão territorial e contrariando a perda de população.

Implementação:

- Privados – relativos a ações de emparcelamento (Programa "Emparcelar para Ordenar"), áreas integradas de gestão da paisagem (AIGP), operações integradas de gestão da paisagem (OIGP) e condomínios de aldeia;
- Públicos – Programas de Reordenamento e Gestão da Paisagem e condomínios de aldeia;
- A entidade responsável pela execução e reporte deste investimento é o Fundo Ambiental.

Apoios:

- Beneficiários são administração central (em particular DGT e ICNF, I. P.), e aos agentes locais públicos (autarquias locais, comunidades intermunicipais), privados (proprietários de prédios rústicos, produtores florestais, investidores)

e coletivos (associações locais, organizações de produtores, entidades gestoras de ZIF, baldios, entidades de gestão coletivas, cooperativas);

- Programas de Reordenamento e Gestão da Paisagem – 3,4 M€;
- AIGP – 3 M€;
- OIGP – 217 M€;
- Condomínios de Aldeia – 36,6 M€;
- Programa “Emparcelar para Ordenar” – 10 M€;
- Execução anual, até ao final de 2025.

b) Cadastro da Propriedade Rústica e Sistema de Monitorização da Ocupação do Solo

Objetivos:

- Assegurar uma base de conhecimento alargado sobre o território, nomeadamente quanto ao tipo e limites das propriedades rústicas, permitindo identificar os proprietários da terra;
- Planeamento, gestão e apoio à decisão sobre o território e à sua ocupação e uso;
- Desenvolvimento sustentável de políticas públicas;
- Adequada gestão das propriedades rústicas pelos privados;
- Dotar o país de conhecimento atualizado e detalhado do território em duas vertentes – a nível cadastral, com identificação dos proprietários da terra e dos limites e caracterização da propriedade, e na obtenção de cartografia de referência.

Implementação:

- Investimentos de natureza pública;
- A entidade responsável pela execução e reporte deste Investimento é o Fundo Ambiental.

Apoios:

- Expansão do sistema de informação cadastral simplificado e universalização da plataforma do Balcão Único do Prédio (BUPi) – 56 M€;
- Sistema de Monitorização de ocupação do solo – Cartografa de Referência – 30 M€;
- Execução anual, até ao final de 2025.

c) Faixas de Gestão de Combustível – Rede Primária

Objetivos:

- Manutenção de uma paisagem mais resistente e resiliente aos incêndios rurais, optando por instalar modelos de silvicultura adequados ao local de aplicação e apostando na silvicultura preventiva, na criação de redes de defesa da floresta, num novo quadro de usos da terra e práticas de ordenamento do território;
- Criação de descontinuidades horizontais na paisagem através de uma rede primária de faixas de gestão de combustível;
- Isolar focos de ignição de fogos;
- Reduzir os efeitos de passagem dos incêndios, protegendo vias de comunicação, infraestruturas e equipamentos sociais, zonas edificadas e povoamentos florestais de valor especial;
- Diminuir a superfície percorrida por grandes incêndios, compartimentando a paisagem e dificultando a passagem do fogo;

- Facilitar as operações de combate direto e indireto ao fogo;
- Permitir uma maior amplitude de visão para o planeamento do combate e definição dos locais de posicionamento das equipas de combate ao fogo;
- Garantir a segurança aos bombeiros e uma rota de fuga no combate ao fogo.

Implementação:

- Os investimentos assumem natureza pública;
- A entidade responsável por este Investimento é o Fundo Ambiental;
- A execução será por via de meios próprios do ICNF, I. P. e da Florestgal, S. A., e da contratação de serviços externos;
- Priorizar e otimizar a rede primária projetada - 1ª fase de reestruturação (de 132.000 ha para 44.600 ha);
- Concluir a definição da restante rede primária a nível nacional - 2ª fase de reestruturação (70.400 ha);
- Executar a rede primária estruturante resultante das duas fases de reestruturação (44.600 ha + 70.400 ha).

Apoios:

- Execução anual, até ao final de 2025;
- Execução da rede primária de faixas de gestão de combustível - 33,48 M€;
- Implementação e pagamento de servidões administrativas em faixas de interrupção de combustível (FIC) - 87,01 M€.

d) Meios de prevenção e combate a incêndios rurais

Objetivos:

- Garantir o reforço dos meios dos organismos do Estado com intervenção na prevenção e combate de incêndios rurais, através da aquisição de meios aéreos de combate, viaturas, máquinas e equipamentos;
- Alavancar a capacidade de intervenção da Força Aérea Portuguesa e da ANEPC – aquisição de helicópteros, edificação/adaptação de infraestruturas;
- Alavancar a capacidade de intervenção do ICNF;
- Melhorar os processos de suporte à avaliação de risco através da uniformização e atualização da rede de radares do IPMA.

Implementação:

- Os investimentos assumem natureza pública;
- Beneficiários são Força Aérea, ICNF e IPMA.

Apoios:

- Execução anual, até ao final do 1º semestre de 2026;
- Aquisição de helicópteros bombardeiros ligeiros (HEBL) e médios (HEBM) – 70 M€;
- Aquisição de maquinaria e equipamentos – 15,64 M€;
- Uniformizar e atualizar a rede de radares meteorológicos – RADAR de Coruche/Cruz do Leão e RADAR de Loulé/Cavalos do Caldeirão – 3,04 M€.

e) Programa MAIS Floresta

Objetivos:

- Reforma do sistema de prevenção e combate de incêndios:
 - Realização de ações de informação e sensibilização para a prevenção de comportamentos de risco da população, de programas de autoproteção de pessoas e infraestruturas;
 - Aumento da capacidade da resposta operacional da ANEPC, da GNR e dos Corpos de Bombeiros, nomeadamente com a aquisição de veículos, equipamentos de proteção individual e restante equipamento operacional de combate a incêndios rurais;
 - Reforço da qualificação dos operacionais que intervêm no combate aos incêndios rurais;
- Sustentabilidade e competitividade do setor produtivo através do reforço de atuação das organizações de produtores florestais (OPF) e dos Centros de Competências no setor florestal:
 - Prestação de serviços que contribuam para o aumento da sustentabilidade da floresta portuguesa, potenciando os serviços de natureza pública que os territórios florestais prestam;
 - Reforço dos serviços de proximidade junto dos proprietários florestais;
 - Potenciar a implementação das reformas e investimentos previstos na Componente 8.

Implementação:

- As entidades responsáveis pela execução e reporte deste investimento serão a Secretaria Geral do Ministério da Administração Interna, em estreita colaboração com a ANEPC e a GNR, o ICNF, I. P. e o Fundo Ambiental;

- Contratos-programa com as OPF e Centros de Competências:
 - Incrementar a ação do Estado no território, recorrendo ao corpo técnico e operacional das estruturas associativas de produtores florestais através do estabelecimento de contratos-programa com cerca de 120 organizações de produtores florestais com atividade concreta e demonstrada no território;
 - Estabelecer contratos-programa com as entidades gestoras das parcerias constituídas no âmbito dos 5 Centros de Competências diretamente relacionados com o setor florestal: (1) pinheiro bravo, (2) sobreiro e da cortiça, (3) pinheiro manso e pinhão, (4) luta contra a desertificação e (5) estudo, gestão e sustentabilidade das espécies cinegéticas e biodiversidade.

Apoios:

- Execução anual, até ao final do ano de 2025;
- MAI - aquisição de veículos para a ANEPC, GNR e os Corpos de Bombeiros - 40 M€;
- Contratos-programa com OPF e Centros de Competências - 10 M€.



C9 - Gestão Hídrica

Objetivo: mitigar a escassez hídrica e assegurar resiliência dos territórios do Algarve, Alentejo e Madeira aos episódios de seca.

Montante global: 390 M€

Reformas e Investimentos relevantes para o sector agroflorestal:

- Plano Regional de Eficiência Hídrica do Algarve - 200 M€;
- Aproveitamento hidráulico de fins múltiplos do Crato - 120 M€;
- Plano de eficiência e reforço hídrico dos sistemas de abastecimento e regadio da RAM - 70 M€.

a) Plano Regional de Eficiência Hídrica do Algarve

Objetivos:

- Mitigação da escassez e a resiliência aos episódios de seca promovendo a manutenção da disponibilidade de água e a qualidade de serviço;
- Controlo e gestão integrada dos consumos e das disponibilidades hídricas almejando um equilíbrio entre as necessidades e as disponibilidades;
- Adoção de medidas do lado da procura e da gestão do recurso;
- Aumento das disponibilidades hídricas da região.

Implementação:

- SM1 - Reduzir perdas de água no setor urbano - renovação e reabilitação de infraestruturas degradadas ou tecnicamente deficiente;

- **SM2 – Reduzir perdas de água e aumentar a eficiência no setor agrícola** – sistemas de distribuição mais eficientes, a implementação de sistemas de teledeteção, controlo e monitorização dos consumos para modernização dos aproveitamentos hidroagrícolas coletivos; melhoria da eficiência dos regadios individuais, através da instalação de sistemas de rega mais eficientes com monitorização e rastreamento dos consumos;
- **SM3 – Reforçar a governança dos recursos hídricos** – reforço e modernização das estações de monitorização e na instalação de contadores com telemetria; implementação de caudais ecológicos nas albufeiras da Bravura e Funcho-Arade;
- **SM4 – Promover a utilização de Água Residual Tratada** – identificação de potenciais utilizadores desta origem de água não potável, sobretudo em atividades económicas ligadas ao turismo e agricultura e espaços públicos; afinação do tratamento das estações de tratamento de águas residuais para um nível de qualidade compatível e serão construídas infraestruturas de elevação, armazenamento e distribuição;
- **SM5 – Aumentar a capacidade disponível e resiliência das albufeiras/sistemas de adução em alta existentes e reforçar com novas origens de água** – reforçando a ligação entre os sistemas de abastecimento de água do Sotavento/Barlavento Algarvio, reforçando as afluências à albufeira de Odeleite e otimizando a exploração da sua capacidade de armazenamento, nomeadamente, permitindo a exploração de parte do seu volume morto. Prevê-se, designadamente, o reforço das afluências à albufeira de Odeleite através de uma captação no rio Guadiana;
- **SM6 – Promover a dessalinização de água do mar** – instalação de unidade de dessalinização com um sistema de produção de energia fotovoltaica.

Apoios:

- Os investimentos previstos são na sua maior parte de natureza pública e, no caso da submedida SM2, parcialmente de natureza privada;
- Coordenação da APA e participação, conforme a submedida (SM), da Comunidade Intermunicipal do Algarve (AMAL), DGADR, DRAP Algarve, Associações de Regantes e regantes individuais, Águas do Algarve (AdA);
- SM1 - 35 M€;
- SM2 - 17 M€;
- SM3 - 5 M€;
- SM4 - 23 M€;
- SM5 - 75 M€;
- SM6 - 45 M€.

b) Aproveitamento hidráulico de fins múltiplos do Crato**Objetivos:**

- Contribuir para a transição e adaptação climática;
- Contribuir para a transição energética;
- Contribuir para a transição digital;
- Proporcionar um foco efetivo de desenvolvimento económico;
- Promover o aproveitamento da qualidade ambiental, paisagística, patrimonial, cultural e desportiva.

Implementação:

- Os investimentos previstos são, à exceção da central fotovoltaica, de natureza pública;

- A entidade responsável pela execução, acompanhamento e monitorização deste investimento é a Comunidade Inter-municipal do Alto Alentejo (CIMAA).

Apoios:

- Construção da barragem – 43,45 M€;
- Expropriações e compensações ambientais – 8 M€;
- Construção da mini-hídrica – 1,95 M€;
- Sistema de reforço de aflúncias da barragem – 14,4 M€;
- Infraestruturas dos blocos de rega e plataforma de monitorização – 46,8 M€;
- Central solar fotovoltaica – 0 M€;
- Sistema de reforço de abastecimento da barragem a Póvoa e Meadas a partir da Barragem do Pisão – 5,4 M€.

c) Plano de eficiência e reforço hídrico dos sistemas de abastecimento e regadio da RAM

Objetivos:

- Dar resposta à escassez de água crónica nos sistemas de abastecimento público de água e de regadio da Costa Sul da Ilha da Madeira e da Ilha de Porto Santo;
- Preservar e evitar a sobre exploração das captações subterrâneas de água;
- Adaptar às alterações climáticas, aumentando a resiliência aos fenómenos de seca;
- Assegurar o uso eficiente da água;
- Promover a sustentabilidade económica e ambiental da gestão da água.

Implementação:

- Os investimentos previstos são de natureza pública;
- O investimento será concretizado pela ARM – Águas e Resíduos da Madeira.

Apoios:

- P1 – Reforço de Adução ao Canal do Norte – Sistema Elevatório do Seixal – 21 M€;
- P2 – Recuperação do Lanço Norte do Canal do Norte - 7 M€;
- P3 – Recuperação da Levada das Rabaças – 3 M€;
- P4 – Otimização da Adução do Sistema Adutor Machico Funchal – EE de Santa Quitéria – 3 M€;
- P5 – Reforço de adução ao Canal dos Tornos – EE Lombo do Urzal – 3 M€;
- P6 – Reforço da Adução ao Lanço Sul do Canal dos Tornos – Construção da Lagoa das Águas Mansas/Ribeiro Serrão – 15 M€;
- P7 – Construção da Galeria de Captação de Água Salgada no Porto Santo – Galeria nº 5 – 2 M€;
- P8 – Otimização, renovação e reabilitação das Redes de Abastecimento de Água do Porto Santo com vista à Redução de Perdas – 13 M€;
- P9 – Reforço de adução ao Reservatório da Trompica – 3 M€.

C12 – Bioeconomia Sustentável

Objetivos:

- Promoção da bioeconomia sustentável e circular no setor têxtil e vestuário – produção eficiente de fibras naturais sustentáveis através de matérias-primas alternativas (bio-

massa florestal e agrícola) e para a produção de têxteis funcionais a partir de resíduos agroindustriais;

- Promoção da bioeconomia sustentável e circular no setor do calçado;
- Promoção e valorização da resina natural – promover a produção de produtos derivados da resina natural potenciando o maior leque de aplicações no mercado através da revitalização de toda a cadeia de valor;
- Maior incorporação de matérias-primas de base biológica, importantes no contexto da valorização do território e dos seus ativos naturais;
- Valorização da biomassa florestal, assim como de outras biomassas associadas ao capital agrícola (e.g. valorização dos subprodutos de culturas como arroz, banana, ananás), cujo aproveitamento permite promover a atividade económica e as especificidades locais;
- Valorização de subprodutos e resíduos de base biológica através de simbioses industriais (e.g. extração de corantes naturais de resíduos de café, ameixa, beterraba, uva para tingimento do couro);
- Fomento da produção da resina natural e reforço da sustentabilidade da indústria transformadora da resina.

Apoios:

- Os investimentos previstos são maioritariamente de natureza privada;
- No caso específico da submedida gestão florestal e de apoio à resinagem, os investimentos são de natureza pública e privada;
- Disponibilidade financeira de 145 M€.

C16 –Empresas 4.0

Objetivos:

- Aumentar as competências digitais da população ativa empregada, incluindo funcionários e empresários, com especial enfoque nas empresas dos setores da indústria, comércio, serviços, turismo e agricultura;
- Incrementar o número de trabalhadores digitalmente qualificados e melhorar a competitividade e resiliência das empresas;
- Aumentar o número de postos de trabalho qualificados nas empresas existentes e fomentar a criação de novas empresas.

Implementação:

- Capacitação Digital das Empresas – investimento público em programas de desenvolvimento de competências digitais em larga escala e de capacitação em tecnologias digitais;
- Transição Digital das Empresas – investimento público e privado, incluindo a aceleração e automação de tomadas de decisão e de execução com base em inteligência artificial e dados; o redesenho de cadeias de valor e de fornecimento, otimizando rapidez e resiliência, e a agilidade no funcionamento das empresas, por exemplo, através da utilização do teletrabalho; o estímulo à inovação e experimentação de novos produtos e serviços; o reforço das estruturas de apoio ao empreendedorismo e à atividade empresarial no domínio do digital; e a utilização de espaços de dados transeitoriais e suportada em infraestruturas europeias de *cloud* e *edge computing*;
- Catalisação da Transformação Digital das Empresas – investimento público e privado, através de *digital innovation hubs*, desmaterialização da faturação e selos de certificações de cibersegurança, privacidade, usabilidade e sustentabilidade.

Apoios:

- No caso dos investimentos privados, prevê-se:
 - Auxílios à inovação a favor de PME, que têm como limite, regra geral, 50% dos custos elegíveis;
 - Auxílios em matéria de consultoria a favor das PME, que têm como limite, regra geral, 50% dos custos elegíveis;
 - Auxílios à formação, que têm como limite 50% dos custos elegíveis e que podem ser majorados em 20 p.p., designadamente em função da dimensão de empresa.
- Capacitação Digital das Empresas – 100 M€;
- Transição Digital das Empresas – 450 M€;
- Catalisação da Transformação Digital das Empresas – 100 M€;
- Os investimentos estão programados para serem implementados entre 2021 e 2025.

Outros

As empresas do complexo agroflorestal nacional poderão ainda vir a beneficiar de outras áreas de apoio, nomeadamente:

- C6. Qualificações e competências;
- C11. Descarbonização da indústria.